

NATUREZA RETÓRICA DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS NOMINAIS

Ivo José Dittrich*

Resumo: Este artigo propõe incluir, sob o ponto de vista retórico, a referência em duas categorias: indicativa e descritiva. Considerando que as teorias da argumentação mais recentes focalizam sua atenção no léxico como mecanismo de encadeamento discursivo e, por isso, de persuasão, o sentido das palavras que compõem as expressões referenciais descritivas é determinante na organização retórica do discurso.

Abstract: This paper proposes to include, from a rhetoric point of view, the reference into two categories: indicative and descriptive. Considering that, most recently, the core of the theories of argumentation is the lexicon as a mechanism of speech connection and therefore, of persuasion, the sense of the words that composes the descriptive referential expressions is fundamental on the rhetoric organization of the discourse.

Palavras-chave: expressões referenciais, referência indicativa, referência descritiva, retórica, argumentação.

Key-words: referential expressions, indicative reference, descriptive reference, rhetoric, argumentation

1. Introdução:

Sob o ponto de vista semântico, as expressões referenciais nominais identificam, no discurso, objetos da realidade a que os interlocutores se referem. Esta realidade não se restringe, necessariamente, ao mundo empírico; pode tratar-se de um mundo possível ou de um universo de discurso. Prevalece, no caso daquelas de natureza nominal¹, a função de

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu

¹ Nomes - (*o*) *José* -, pronomes substantivos - *isso* - ou grupos nominais - *a aposta, pessoa confiável, meus melhores amigos*.

identificar a entidade sobre a qual se está fazendo uma predicação. Pressupõe-se, portanto, a referência como a relação entre as expressões lingüísticas e a realidade. Essa relação é de natureza representativa (para não dizer subjetiva): o usuário da linguagem representa a realidade de acordo com sua história e com o meio social em que convive. Isso implica que a referência não é mera operação de etiquetagem (colar um nome em cada entidade); é, antes, a relação entre a expressão lingüística e determinada representação que o interlocutor tem ou pretende transmitir sobre os objetos.

Se a natureza dessa abordagem (referencialista) é questionada por diferentes teorias (lingüísticas ou cognitivas), mesmo porque é complexa, não será discutido aqui. Pretende-se focalizar outro aspecto envolvido no uso da linguagem para falar da realidade: o léxico, principalmente através dos nomes e das locuções nominais, encadeia o discurso em nível de sentidos, enfatizando aquele aspecto do referente que melhor se presta à sustentação da linha argumentativa em causa. Segundo Koch (1999), diferentemente das tendências argumentativas anteriores², que atribuíam aos conectores e operadores discursivos o principal papel na argumentação, mais recentemente, enfatizam-se as palavras lexicais - substantivos, adjetivos e verbos - como encadeadoras do discurso e, simultaneamente, como portadoras e ativadoras da argumentação³.

Em seu *Tratado da Argumentação*, Perelman (1999) dá ênfase às palavras plenas: a escolha do léxico e, portanto, dos diferentes sentidos evocados pelas palavras direciona (ou sustenta) a linha argumentativa. Para estabelecer o *acordo* entre as partes, os interlocutores partem do princípio de que é necessário especificar o sentido de determinados conceitos. Ou mais do que isso: a argumentação, em grande parte, desenvolve-se em função das diferenças de sentido que os interlocutores (ou debatedores) atribuem às palavras. E isso parece ocorrer no nível das expressões referenciais nominais: o objeto da argumentação reside, muitas vezes, na referência estabelecida entre elas e determinada realidade ou representação da realidade. Diferentes representações geram diferentes interpretações, o que desencadeia argumentação.

Todavia, nem todas as expressões referenciais nominais contribuem no mesmo nível. Algumas se resumem a identificar o referente enquanto outras, além disso, o descrevem sob determinada ótica. E essa descrição revela a perspectiva do autor sobre o objeto referido e convida o interlocutor a compreendê-lo, também, nesta ótica. Apesar da ênfase que as descrições, principalmente as definidas, têm merecido a partir de Frege (1978), as diferentes

² Koch (1987), Guimarães (1987) e Ducrot (1989), por exemplo.

³ É o caso de Ducrot (1989) em seu artigo *Argumentação e "Topoi" Argumentativos*: o autor define as palavras como feixes de topoi, sendo estes os responsáveis pelo encadeamento e pela argumentação no discurso.

teorias semânticas e pragmáticas não têm captado esse aspecto, significativo sob o enfoque retórico. Assim, torna-se interessante reagrupá-las de acordo com sua interferência no processo discursivo e, conseqüentemente, na argumentação.

2. Referência e expressões referenciais:

Admitindo que a referência é a função que relaciona as expressões da linguagem com os *objetos* no mundo, é preciso dizer de que ordem de referência se está falando e quais são as expressões correspondentes, visto que nem todas as expressões da linguagem são referenciais. Existem aquelas que não se prestam a identificar um referente: ser, entidade ou relação do mundo; seu papel consiste, antes, em predicar-lhes um atributo ou uma propriedade. Trata-se, portanto de expressões predicativas. Observe-se o enunciado:

1. O amigo de meu professor é altamente profissional.

Enquanto a expressão “o amigo de meu professor” se presta a identificar um referente, a expressão sublinhada não se está referindo a um *objeto* da realidade extralingüística: está, antes, inserindo o referente indicado pelo sujeito gramatical da oração no conjunto daqueles amigos que são profissionais. Estas expressões, todavia, não serão objeto de análise neste artigo por apresentarem peculiaridades que as próprias teorias do significado ainda não conseguiram dominar ou descrever completamente⁴. Interessa, aqui, abordar aquelas expressões que cumprem papel referencial, mas que, ao fazê-lo, fornecem indicações da representação do autor sobre o objeto referido – referente - e o que isso significa em termos de argumentação.

Em linhas gerais, diferentes autores de teorias semânticas coincidem ao apontar e denominar as expressões lingüísticas que executam o papel de referência. Lyons, (1980, p. 147 a 183), embora oscile entre considerar como expressões referenciais as palavras, os grupos nominais ou as frases, prefere apontar diferentes categorias de referência, sem nomear as expressões referenciais que a estabelecem⁵: singular definida, geral, indefinida específica e não-específica e genérica. Ducrot (1977, p.232), por sua vez, diz que são expressões referenciais os nomes próprios, os pronomes substantivos demonstrativos, os grupos nominais demons-

⁴ Não há consenso, por exemplo, entre a abordagem das descrições indefinidas em função predicativa.

⁵ Exceção feita às expressões que estabelecem a referência singular definida (sintagmas nominais definidos, nomes próprios e pronomes pessoais), o autor deve pressupor que há, conforme a referência, expressões gerais coletivas e distributivas, expressões indefinidas específicas (e não-específicas) e expressões genéricas.

trativos, os pronomes pessoais, os grupos nominais possessivos e as descrições definidas. Mesmo que insista nas indicações existenciais e de unicidade veiculadas pelas descrições definidas, além da sua diferença de natureza com os grupos nominais demonstrativos, parece não dar conta da diferença (retórica) entre indicar e descrever. Ducrot e Todorov (1998), em seu *Dicionário de Linguística*, limitam-se a apontar como expressões referenciais as descrições definidas, os nomes próprios, os grupos demonstrativos e os dêiticos.

O que os autores indicados no parágrafo anterior, entretanto, consideram para estabelecerem essa categorização reside, principalmente, na estrutura em que se apresenta a expressão referencial e na maneira como ela recorta o referente. Pode-se dizer que tomam o referente como princípio categorizador, apesar de reconhecerem a estreita vinculação entre sentido e referência, tal como apontara Frege (1978). Sob esse aspecto não se pode negar a pertinência e a coerência das categorias apresentadas. Todavia, embora admitam a importância das descrições definidas nesse conjunto, não captam uma característica distintiva básica, pelo menos do ponto de vista retórico: enquanto algumas expressões indicam, outras (para indicar) descrevem. E isso é, discursivamente, relevante.

Nesse sentido, deixa de ser preponderante o fato de que uma expressão seja encabeçada por determinante definido, indefinido, demonstrativo ou possessivo, visto que se trata de um aspecto formal. Nem que uma só forma gramatical (nome próprio, pronome pessoal ou pronome substantivo) seja a responsável pela identificação de um referente. Nem a natureza ontológica do referente: indivíduo, grupo ou gênero. Será mais interessante abordar diferentes aspectos retóricos envolvidos no uso dessas expressões, centralizando as atenções no componente semântico (no lugar do formal) da relação de referência: no sentido, portanto. A centralidade da análise recai sobre o **como** e o **por que** de selecionar este ou aquele determinante ou nome para estabelecer a referência.

Não se poderia passar ao largo do papel argumentativo do determinante⁶: o uso de um possessivo, de um demonstrativo ou de um definido ativa diferentes pressupostos e enfatiza aspectos que o autor considera relevantes. Além do determinante, também os nomes (substantivos e adjetivos), pelo feixe de sentidos que carregam e fazem ativar, desempenham papel retórico – argumentativo e expressivo – nos enunciados de que fazem parte: para identificar o referente precisam descrevê-lo e, nessa descrição, revelam aspectos que o autor considera relevantes e, mesmo de maneira não prevista, influenciam o leitor ao ativarem determinadas interpretações e bloquearem outras.

Sob a ótica da retórica, é possível, então, inserir as expressões em duas categorias de

⁶ Consulte-se, por exemplo, Dittrich (2001, p.129 a 138)

referência: *referência indicativa* – exercida pelos nomes próprios e pelos pronomes substantivos; *referência descritiva* – exercida pelos nomes comuns e pelos grupos nominais, acompanhados por determinante: expressões referenciais definidas, expressões referenciais demonstrativas e expressões referenciais possessivas, conforme a natureza do determinante.

Cabe ressaltar que a relação de referência entre uma expressão lingüística e seu referente é processada no enunciado, isto é, a referência só acontece quando a linguagem está em uso. No caso de (1), acima, o referente da descrição definida “o amigo de meu professor” pode ser A ou B, conforme a situação discursiva em que o enunciado se insere. Sendo assim, a natureza da referência é de ordem semântica e pragmática. Não parece que, do ponto de vista retórico, a inclusão em uma ou outra dessas disciplinas seja essencial: prevalece a sua função retórica.

Compreendendo que a identificação de um mesmo referente pode ser atualizada através de diferentes expressões, isto é, através de palavras com sentidos diferentes, subentende-se que o locutor, ao interagir através da linguagem, procede a uma escolha: seleciona, dentre um conjunto de possibilidades que o léxico lhe oferece, aquela expressão que, mais plenamente, atende os objetivos do seu discurso, entre eles o de indicar, pelo menos em princípio, com a maior precisão possível, o referente. Mas não se resume a isso: também escolhe aquela expressão que, ao mesmo tempo seja agradável ao interlocutor a ponto de atrair a sua atenção, enquanto cuida de realçar o aspecto do referente que mais favoreça a linha argumentativa que pretende desenvolver.

Assim, quando se aborda a natureza retórica das expressões referenciais pressupõe-se compreendê-las nesta multiplicidade dimensional: mecanismo lingüístico para controlar a relação do discurso com a realidade de que está falando, mas também recurso capaz de impressionar o interlocutor para, a partir disso, angariar sua atenção no sentido de que ele concorde com a nomeação do referente na perspectiva que o autor tem em vista. Sendo assim, pelo menos nessa ordem de raciocínio, as diferentes expressões referenciais não podem ser enquadradas numa única categoria.

3. Referência indicativa:

A referência indicativa é desempenhada pelos nomes próprios, pelos pronomes pessoais e pelos pronomes demonstrativos substantivos. O que essas formas lingüísticas, em princípio desprovidas de significado descritivo, tal como o aponta Lyons (1980) apresentam em comum é o potencial de identificarem - intra, inter e extratextualmente - um referente sem

nada acrescentarem em termos de sentido. Caso se queira falar em graus de neutralidade, pode-se dizer que o papel dessas expressões resume-se a identificar o referente, pouco ou nada acrescentando em termos de representação ou ponto de vista do usuário, a não ser o fato de que optou por não descrever o referente. Em outros termos: reúne um leque de possibilidades representacionais muito menor do que as descrições, definidas ou não. O potencial retórico não está, propriamente, no sentido⁷: está, antes, na maneira como o orador insere as expressões indicativas em seu discurso a fim de atender a seus objetivos de organização textual, expressividade e persuasão.

A literatura semântica admite que os nomes próprios⁸ (como opostos aos nomes comuns) não têm sentido e, portanto, não teriam potencial argumentativo. Todavia, a opção por identificar o referente no discurso através do nome próprio deve representar pelo menos algum indício de argumentatividade: indicar (ou simular) neutralidade, não querer atribuir ao referente nenhum predicado, por exemplo. Além disso, por vezes o orador opta por fazê-lo acompanhar-se de artigo definido. Se isso não resultar de exigências do sistema lingüístico, deve estar indicando uma certa intimidade e, por isso, cumplicidade, entre o autor do discurso e o referente identificado. É, portanto, relevante sob a ótica argumentativa.

Como expressão referencial, o pronome pessoal, tal como o nome próprio, apesar da sua função sempre dêitica, parece prestar-se unicamente a identificar, no momento da enunciação, o referente: pessoa, animal ou outro objeto. Tanto em função dêitica como intratextual, não parece acrescentar maiores preocupações de ordem retórica para além da precisão e da clareza discursiva. Também nesse caso revela apenas que a preocupação do autor está em encadear as partes do discurso de forma a torná-lo, antes de tudo, claro e, principalmente, coeso. Raciocínio semelhante pode ser aplicado à análise do pronome demonstrativo em papel substantivo. É preferível, todavia, analisá-lo em confronto com outras expressões quando desempenham o mesmo papel. É o que se verá na seção seguinte.

4. Referência descritiva:

Entram aqui aquelas expressões referenciais nominais formadas em nível de léxico: *grupos nominais formados por um determinante que acompanha um nome ou um nome seguido de adjetivo ou oração adjetiva*. Trata-se daqueles grupos nominais em que o autor tem necessidade (ou o próprio sistema lingüístico lhe impõe) de combinar palavras para identificar determinado referente. Nesse caso, mesmo aquelas expressões que exercem papel

⁷ Na literatura semântica, geralmente se admite que os nomes próprios não têm sentido.

⁸ Para Frege (1978), mesmo as descrições definidas funcionam como nomes próprios.

pronominal – um nome que substitui ou sintetiza, intra ou extratextualmente uma determinada passagem ou conjunto de idéias – aparecem como indicadoras (mesmo implícitas) do ponto de vista defendido pelo autor. Quando acompanhados por algum determinante (principalmente artigo ou pronome adjetivo) assumem o status de sintagma nominal descritivo e, neste caso, a natureza do determinante tem valor retórico. Observe-se o enunciado:

2. *Este Brasil que tanto amo está caindo nas mãos dos banqueiros internacionais.*

O enunciado pode estar indicando que o autor realiza um recorte entre dois Brasis, e o que ele ama não é necessariamente aquele que os pobres habitam, mas aquele que produz muito dinheiro e que, infelizmente, está sendo transferido para o capital estrangeiro. O discurso, na sua superfície, agrada (se não engana) o interlocutor, mas pode estar, no fundo, indicando a lamentação do autor em não mais contar com a proteção estatal para poder usufruir, sem os riscos da concorrência, das benesses da exclusividade. Por outro lado, o uso da expressão encabeçada pelo demonstrativo⁹ pode prestar-se ao recurso retórico de apontar, e ao mesmo tempo, enfatizar a singularização do referente, considerando que o que é único e singular, tem maior apelo argumentativo. (Perelman, 1999).

Pode-se dizer em relação ao determinante demonstrativo, que ele veicula um pressuposto de ostensibilidade: aponta e, ao mesmo tempo, enfatiza a singularização do referente sobre o qual predica, constituindo-se em mecanismo de controle do discurso no sentido de indicar e enfatizar que se trata “deste” e não “daquele”. Nessa ordem de raciocínio, a diferença não se resume ao uso ostensivo que Ducrot (1977) enfatiza para diferenciá-lo do definido. Está, antes, nos diferentes pressupostos que diferentes determinantes carregam. Não se poderia, assim, dizer que o grupo nominal demonstrativo poderia ser entendido como definido se considerado que: *este discurso* = o discurso que está aqui. O pressuposto veiculado pelo demonstrativo, mesmo em posição adjetiva, é discursivamente relevante. Observem-se os enunciados seguintes:

a) *O discurso de Lula parece ter ofendido à classe operária*

b) *Este discurso de Lula parece ter ofendido à classe operária.*

Se aplicados os tradicionais testes de manutenção do pressuposto – a negação, a interrogação e a modalização – mantém-se, em ambos os enunciados, o pressuposto de existência e, de acordo com Russel (1950), também o de unicidade. Mas (b), pelo menos sob o aspecto retórico, apresenta um pressuposto de singularização do referente: enfatiza que o

⁹ Ducrot (1977) não admite que as descrições definidas e as demonstrativas sejam enquadradas no mesmo nível referencial.

discurso é este e nenhum outro. Sendo assim, esse pressuposto aponta, em relação ao autor do enunciado, que é exatamente sobre este (e não sobre qualquer outro) que a predicação é estabelecida. Há um esforço do autor em chamar a atenção do interlocutor sobre o referente que está sendo predicado.

O mesmo se pode dizer em relação ao determinante possessivo: veicula um certo pressuposto de propriedade, o que não permite enquadrar os grupos nominais possessivos na mesma categoria das descrições definidas. Em outras palavras, as expressões *meu discurso* e *o discurso de mim*, embora semanticamente intercambiáveis, não parecem produzir os mesmos efeitos retóricos. A primeira expressão topicaliza a posse, enfatizando a origem e a propriedade do objeto: pretende, com isso, impressionar ou apontar o fato de que a propriedade é relevante na referência em causa, o que poderia não ser captado pela colocação do “de mim” como último componente da expressão.

Não se poderia, portanto, simplificar o processo discursivo a ponto de propor a inclusão das descrições possessivas e demonstrativas na ordem das definidas. O que se pretendeu apontar foi de que essa estratégia – embora simplificadora sob o ponto de vista formal – não capta importantes aspectos retóricos veiculados pelos diferentes determinantes: os pressupostos de singularização e de propriedade, respectivamente. O orador tem pretensões argumentativas quando opta por enfatizar esses pressupostos; se assim não fosse, não o faria. Além disso, ou por isso mesmo, a análise dessas expressões não pode ser compreendida, apenas, como jogo de palavras para evitar repetições.

Somente esse aspecto dos determinantes já seria suficiente para separar as expressões referenciais descritivas das indicativas. Mas o fato de escolher determinado substantivo, acompanhado ou não por adjetivo, também é relevante sob o aspecto retórico¹⁰. Embora a referência continue a mesma (Frege, 1978), o sentido – as diferentes maneiras de identificar o referente – revela diferentes pontos de vista sobre o objeto referido e, em consequência, provoca diferentes interpretações. Constituem, sob esse aspecto, outro mecanismo de controle do discurso, não apenas sob o ponto de vista de encadeamento, mas, principalmente, da linha argumentativa ao orientarem, com maior ou menor explicitude, as inferências do leitor.

Diferentes expressões referenciais, relevando agora a natureza do determinante, quando resumem ou retomam parágrafos ou passagens do discurso, assumem caráter pronominal, tal como os pronomes substantivos *isso*, *esse*, *aquilo*. Mas não se resumem a essa função: diferenciam-se, pelo menos em termos retóricos. Acrescentam, ou veiculam informa-

¹⁰ Vide Dittrich (2001) para uma abordagem mais completa.

ções e representações através dos sentidos que carregam. É o caso de expressões como *o problema, o sintoma, a particularidade*, por exemplo. Enquanto mecanismo coesivo funcionam como pronome substantivo, mas, retoricamente, ao encadearem o discurso em nível dos traços de sentido, veiculam as impressões, ou as representações do autor sobre o conteúdo do discurso que está sendo sintetizado.

Observe-se a seguinte passagem, em que a Revista¹¹ aborda as filmagens de “Casa Blanca”: *Passados 20 minutos da gravação da última cena, Ingrid foi para seu trailer e cortou o cabelo para o próximo papel. Isso impediu que o diretor Michael Curtiz regravasse a cena do piano – com uma letra diferente para a música ‘As Time Goes By’.*

Embora de uso relativamente pequeno nas matérias de Revistas, o pronome grifado (isso) funciona textualmente como anafórico – substitui ou retoma uma passagem – no caso a oração imediatamente anterior. Retoricamente, nada parece acrescentar. Todavia, se substituído por uma descrição do tipo *esta artimanha, esta atitude, esta safadeza*, o papel textual de expressão anafórica cederia espaço para o aspecto retórico. O autor estaria manifestando seu ponto de vista a respeito do fato, enquadrando-o a partir de determinada perspectiva e, conscientemente ou não, estaria influenciando o leitor para que também assim o interpretasse. Pelo uso do determinante *esta*, chamaria atenção e ativaria o pressuposto de singularização – é esta artimanha e não outra – e pelos sentidos evocados por *artimanha, atitude, safadeza* orientaria a interpretação para uma leitura mais neutra ou mais tendenciosa sobre o fato em causa.

Raciocínio semelhante pode ser desenvolvido em relação à expressão referencial sublinhada na passagem seguinte:

Quando o relógio marcou 12h40 e os carros se amontoaram no sinal vermelho, na esquina com a rua Augusta, cerca de 50 pessoas invadiram a avenida, arrancaram os sapatos e começaram a batê-los contra o asfalto. O frenesi coletivo durou 40 segundos e terminou quando o farol abriu¹².

Como se trata de descrição definida – o sintagma nominal é encabeçado por determinante definido – pressupõe-se a existência¹³ do *frenesi*. Todavia, categorizar o episódio como tal revela posicionamento do autor e tende a influenciar a interpretação nessa ordem de raciocínio. Utilizar outra palavra para estabelecer este encadeamento discursivo revelaria outro posicionamento, ou seja, é muito difícil (se não impossível) fazer uso da linguagem sem

¹¹ *Casablanca faz 60 anos*. Revista *Época*, 18/08/2003, p.14

¹² *Encontro Relâmpago*. Revista *Época*, 16/08/2003, p.72

¹³ Segundo a teoria semântica, o uso das descrições definidas pressupõe que a entidade a que se referem existe, mesmo que apenas em um mundo possível.

argumentar: substituir uma palavra por outra implica passar de um posicionamento a outro. A validade da análise reside nessa compreensão e aponta para as implicações envolvidas no uso de expressões referenciais em seu papel de encadear ou retomar partes do discurso.

Deslocando agora a atenção para o modificador – adjetivo ou oração adjetiva – o fato de colocá-lo antes ou depois do nome é argumentativamente relevante: antes, tem característica atributiva, depois – restritiva. Todavia, de acordo com Dittrich (2001), os efeitos dessa colocação não parecem tão simples assim: à esquerda ou à direita do nome, o adjetivo pode revelar aspectos do referente que o autor pretende ressaltar. Nesse sentido, contribui para a linha argumentativa. Observe-se, por exemplo, o seguinte enunciado:

Nem sempre os mais afortunados brasileiros são os maiores representantes do capitalismo.

Ao mesmo tempo em que usa o adjetivo selecionado para restringir (delimitar) determinado conjunto de brasileiros, o autor também os caracteriza a partir de determinada perspectiva. Revela, pela escolha do adjetivo, uma forma de identificar o referente, relevando aspectos que tem a ver com sorte, eventualidade, acaso, uma vez que estes traços de sentido se encontram implícitos no uso da expressão. Ao dar relevo a essas características, silenciam-se outras possibilidades interpretativas que poderiam, eventualmente, vincular a origem do capital acumulado a atitudes nem sempre das mais honestas. Todavia, a escolha de qualquer outro adjetivo incorreria no mesmo efeito de, por um lado, relevar e, de outro, silenciar. Significa, mais uma vez, que este é o preço da escolha do léxico para identificar, descritivamente, determinada realidade. O uso da linguagem não parece fugir disso. Não exige, todavia, o autor da responsabilidade pela escolha feita, nem o caracteriza como refém da linguagem. Não será criticado em maior ou menor grau por haver escolhido determinado adjetivo, mas pelos sentidos que a expressão referencial evoca, revelando suas representações a respeito do referente e seu maior ou menor engajamento a favor de determinada linha argumentativa com que pretende influenciar o interlocutor.

5. Considerações finais:

Não parece que a divisão das expressões referenciais a partir de parâmetros retóricos possa ser considerada, apenas, mais uma duplicação de nomenclatura. Categorizá-las em indicativas e descritivas significa captar o grau de interferência de uma ou outra no processo discursivo e, conseqüentemente, no seu potencial de persuasão. Não se trata de negar o potencial identificador das expressões referenciais, mas de ampliar sua descrição e aná-

lise, sublinhando que em sua dimensão retórica podem esconder-se (ou revelar-se) representações que uma leitura menos atenta nem sempre consegue captar.

Em termos de produção de discursos, significa que optar por uma expressão indicativa ou descritiva não se resume a uma questão de estilo. Quanto mais consciente das suas implicações argumentativas, maior o poder de controle sobre o discurso e sobre os efeitos que se quer (ou não) produzir. O mesmo é válido em termos de leitura, apenas no sentido inverso: a habilidade da leitura também reside em dar a devida atenção às, aparentemente, ingênuas expressões referenciais. O leitor proficiente dedicará maior atenção àquelas de natureza descritiva.

5. Bibliografia:

- DITTRICH, I.J. *Descrições definidas: referência, informação e argumentação na reportagem sobre economia em magazines de informação geral*. UFSC – Florianópolis. 2001. Tese de Doutorado.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística; dizer e não dizer*. São Paulo. Cultrix. 1977.
- _____. *Argumentação e Topoi Argumentativos*. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e Sentido na Linguagem*. Campinas. Pontes. 1989. p.13 - 38
- _____. e TODOROV, T. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. (Trad. Alice K. Miyashiro et all.). 3ª. ed. São Paulo. Perspectiva. 1998.
- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo. Cultrix. 1978.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções no português*. Campinas. Pontes. 1987.
- KOCH, I.G.V. *Linguagem e argumentação*. São Paulo. Cortez. 1987.
- _____. *Semântica e Pragmática: limites ou integração*. Congresso da ABRALIN. UFSC – Florianópolis. 1999.
- LYONS, J. *Introdução à Semântica*. Lisboa. Presença / Martins Fontes. 1980.
- MOURA, M.M.M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis. Insular. 1999.
- _____. *Os limites da semântica e pragmática: o caso dos topoi*. Congresso da ABRALIN. UFSC – Florianópolis. 1999.

UNILETRAS 26, DEZEMBRO 2004

PERELMAN, C. & TITECA-OLBRECHTS, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

RUSSEL, B. On Denoting. In: *Mind*. XIV. 1950. p. 479 – 493.